

# Dieese divulga primeiro perfil do eletricitário brasileiro

Foto: Benedito Maia/Arquivo

*Estudo revela que, no auge da privatização tucana, a queda no emprego eletricitário foi de 16,2%.*

No final de 2006, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) divulgou *Perfil Ocupacional dos Empregados do Setor de Energia Elétrica no Brasil: 1998/2004*. O estudo realizado com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, mostra a evolução do trabalho e traz elementos que ajudam a caracterizar o mercado do setor elétrico brasileiro.

O Perfil revelou que, em 2004, 106.409 pessoas – 0,3% dos empregados formais do país – atuavam no setor elétrico, cerca de 13 mil postos de trabalho a menos que em 1998. Em seis anos, enquanto o emprego formal cresceu 28,2%, os postos de trabalho no setor caíram 10,9%. De 1998 a 2000, a queda no emprego eletricitário foi de 16,2%, e de 2000 a 2004, houve um crescimento de 6,3% nos postos de trabalho, sinalizando mudança da tendência de queda do emprego no setor.

Para o economista da subse-

ção do DIEESE, Fernando Duarte, a década de 90 foi um momento duro para o emprego no país, sobretudo por causa do câmbio sobrevalorizado, do baixo crescimento econômico e da reestruturação produtiva. O que o estudo pode estar revelando é que a recuperação do emprego formal, estimulada pela desvalorização do real em 1999, não estimulou a retomada do emprego para os eletricitários, por causa da crise na qual se encontrava o setor elétrico brasileiro.

## Mulheres recebem salários menores

Outras constatações importantes do estudo foram a da deterioração da remuneração média real do trabalhador, que caiu 2,86%, da redução do tempo de permanência do trabalhador num mesmo posto de trabalho, e ainda, do aumento da idade média do trabalhador. Apesar da queda, a remuneração mensal média do eletricitário brasileiro é de R\$ 3.598,40.



Grande parte da categoria eletricitária é composta por homens com idade entre 40 e 49 anos

Entre os eletricitários, cerca de 40% dos trabalhadores se encontram na faixa dos 40 a 49 anos de idade. Há elevada experiência dos trabalhadores, com 55,2% ocupando um mesmo posto há mais de 10 anos, e alta escolarização, com 78,5% dos trabalhadores com pelo menos o 2º grau completo.

Apesar do predomínio mas-

culino - 83,3% dos postos são ocupados por homens - a presença das mulheres cresce. As eletricitárias que ocupavam 15,4% dos postos, em 1998, aumentaram sua participação para 16,7% em 2004. No entanto, ampliou-se a diferença entre salários de homens e mulheres. Pela RAIS, os homens recebiam em 2004, o que representa 26% mais do que as mulheres. Em 1998, este percentual era de 18,2%, registrando aumento da diferença.

Para o economista, Fernando Duarte, não é possível precisar se a menor remuneração das mulheres reflete discriminação nos contratos de trabalho e na promoção para cargos de chefia, ou se é fruto do ingresso recente da mão-de-bra-

feminina no setor, recebendo salários de início de carreira.

## Terceirizações

Fernando Duarte explica que, pelo fato da RAIS se basear nos registros administrativos das empresas, parcela importante do emprego no setor pode não estar sendo registrada, caso as empreiteiras estejam fazendo o enquadramento de seus empregados em outro código ocupacional. Ele informa que o DIEESE pretende aprofundar a pesquisa sobre as terceirizações no setor. *“Este estudo contribuirá para mostrar um perfil ainda mais claro de uma das categorias mais importantes do país, que passa por permanente transformação e é referência para o conjunto da economia”*, avalia.

## FNU combate privatizações

Enquanto o mercado de trabalho vive momento otimista, com o aumento de contratações, o setor de energia ainda tem nas privatizações o grande fantasma que ronda as relações de trabalho. No dia 20 de dezembro, o diretor do Sindieletrô e Secretário de Energia da FNU (Federação Nacional dos Urbanitários), Franklin Moreira, participou de reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para discutir a retirada definitiva das empresas distribuidoras federais de energia do Plano Nacional de Desestatização (PND).

Franklin pediu apoio político para que várias distribuidoras das regiões Norte e Nordeste, compradas pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para serem privatizadas, sejam protegidas de futuros leilões. Logo no início do primeiro mandato, o presidente Lula interrompeu as privatizações e retirou do Programa as empresas geradoras e transmissoras de energia, mas por causa da correlação de forças do Congresso, o novo modelo energético manteve as distribuidoras de energia no PND.

Calheiros se comprometeu com a defesa da retirada das

empresas do PND. Disse que trabalhará pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 51 de autoria da senadora Fátima Cleide (PT/RO), que retira as distribuidoras do Programa. Ele anunciou a realização de audiências públicas no Senado para debater a situação atual destas empresas. *“Após a aprovação da PLS 51, o próximo passo da Campanha é aumentar o controle da Eletrobrás sobre a gestão destas distribuidoras, combatendo o seu uso em barganhas políticas através da adoção de critérios de governança corporativa”*, defende Franklin.

Regional Ativa!

# Eletricitários se unem em solidariedade aos terceirizados na Regional Leste

*Quando o Sindieletro já organizava uma caravana dos trabalhadores terceirizados até Belo Horizonte, para protesto, a situação foi regularizada*

Enquanto vários gerentes se omitem e deixam de fiscalizar os contratos com as empreiteiras, os trabalhadores da Cemig se solidarizam com os colegas terceirizados, que são vítimas de atraso de salários e do pagamento de férias, repasse do vale transporte e depósitos do FGTS, dentre outras falhas. Na região de Almenara, os eletricitários não só testemunharam as irregularidades como também se uniram para ajudar os fun-

cionários da empreiteira Convip, contratada para realizar serviços de limpeza e segurança para a Cemig.

A empreiteira atrasou os salários no período de agosto a dezembro de 2006. A categoria se organizou para garantir cestas básicas de natal para todos os trabalhadores da Convip, além de contribuir para o pagamento de contas em atraso. A situação só foi regularizada no final do mês passado, depois da direção do

Sindieletro intervir junto ao RH/RS e planejar a vinda dos trabalhadores terceirizados a Belo Horizonte para protestar na porta da empresa e do Palácio da Liberdade.

“Não foi fácil para nós, que sentimos muita humilhação por dever e não poder pagar as dívidas. Eu sustento sozinho meus três filhos menores e chegamos a passar até fome. Não fosse a solidariedade dos colegas da Cemig, a situação seria muito pior”, desabafou uma trabalhadora terceirizada. Um eletricitário da região tam-

bém desabafou: “A gente se sentiu indignado diante da posição da empresa de não cobrar firmemente uma solução imediata ou mesmo pagar os direitos dos trabalhadores. Nós que convivemos com os terceirizados, sentimos todo o drama e procuramos ajudar no que foi possível”.

## “A quem interessa?”

O diretor de Terceirizados do Sindieletro, Carlos Alberto de Almeida (Gonzaguinha) também questionou a demora da Cemig em resolver a situação. Segundo ele, a Convip tem um histórico de calotes nas regiões Leste e Vale do

Aço, tendo, inclusive, deixado de pagar os direitos dos trabalhadores terceirizados da Cemig em Ipatinga. “A Cemig conhece este histórico mas mantém contrato com a empreiteira. Que relação é esta com a empreiteira Convip? A quem beneficia esta relação?”, questionou.

O coordenador da Regional Leste, José Renato Barbosa, criticou o fato da Cemig contratar empreiteiras sem a mínima capacidade administrativa e até sem capital para exercer as atividades, dentre elas a Convip. Para ele, é fundamental que a Companhia estabeleça nos contratos com as empreiteiras o bloqueio da fatura desde o último contrato a que teve acesso para evitar atrasos nos direitos dos trabalhadores por meses seguidos. “É uma forma de proteção aos terceirizados e de pressionar para que as irregularidades sejam sanadas logo”, acrescentou.

## FALA TRABALHADOR

Qual deve ser o principal desafio dos eletricitários em 2007?

Fotos: Benedito Maia



Para este ano é importante os eletricitários manterem conquistas e garantirem igual-

dade na distribuição da PR. O básico para estas lutas será a nossa união. Em 2006 o nosso movimento foi bom e evolui até onde podíamos caminhar. A luta pela PR linear é antiga e difícil, pois contraria os interesses da direção da empresa. No entanto, devemos manter a reivindicação, não só por causa do valor econômico que a mudança representa, mas, principalmente, pelo reconhecimento do esforço de todos que trabalham na Cemig e têm direitos iguais.

**Rômulo César Fernandes – Técnico em Manutenção - DC/MC - Cidade Industrial - Quarteirão 3**



Espero uma Avaliação de Desempenho mais justa e que a direção da Cemig faça as corre-

ções que prometeu. Também é preciso definir quem vai avaliar quem. No ano passado, por exemplo, fui avaliado por um setor que ainda não me conhecia. A Avaliação também deve ser desvinculada do aumento salarial. Em 2006, vivemos a experiência do Dissídio instaurado pela Cemig, mostrando a distância entre os objetivos da empresa e os dos trabalhadores que geram os lucros e a energia da empresa. Em 2007, além de trabalhar, temos que defender nossos direitos.

**Sérgio Marlon de Moura – Técnico em Manutenção - DC/MC - Cidade Industrial - Quarteirão 3**



Foto: Benedito Maia/Arquivo

*Terceirizado sofre com excesso de trabalho e falta de direitos*



Somos mais de 60 vigilantes que trabalhamos na Ronda prestando serviços de vigilância armada para a Cemig. O contrato foi extinto em 06/07/2006 e até hoje, mais de 150 dias depois, estamos abandonados sem a homologação do contrato e sem receber nossos direitos trabalhistas.

Apesar do acordo que a Ron-

da fez com a Justiça do Trabalho, houve casos em que nem a primeira das cinco parcelas do acerto foi quitada. O Sindicato dos Vigilantes fez o que pode, mas, diante do poderio econômico da Cemig, e da cara de pau dos donos da massa falida da Ronda, os trabalhadores continuam no prejuízo.

Não sabemos como o Ministério Público do Trabalho deixa uma empresa destas acumular ações trabalhistas na Justiça e continuar ativa no mercado. É muito triste saber que

uma empresa da grandeza da Cemig continua patrocinando empreiteiras que roubam nossos sonhos e esperança.

Já que a Ronda não acata acordos na Justiça do Trabalho, o que nos resta é apelar para o Sindieletro, uma vez que não trabalhamos por hobby, mas por instinto de sobrevivência.

Os vigilantes pedem socorro!

**Vigilantes subcontratados pela Ronda Vigilância**

**Anote aí o novo celular da Regional Mantiqueira do Sindieletro.  
Tel. (31) 9278.8633  
Informamos que o antigo número foi desativado.**

# CUT destaca educação libertadora

Uma educação integral, pública, de qualidade e libertadora, que consolida experiências e visões críticas sobre o mundo do trabalho, a sociedade e suas instituições, será tema permanente das discussões e ações de formação da CUT. O assunto esteve no centro do debate da III Conferência da Política Nacional de Formação da Central, realizada de 13 a 16 de dezembro, no Pontal do Paraná, que também reafirmou a necessidade de mais investimento na formação dos dirigentes e lideranças de base.

O Sindieleiro participou dos debates através dos diretores de Formação, Lúcio Parrela, e de Comunicação e Cultura, Marcelo Borges. Na avaliação de Lúcio Parrela, a participação dos sindicatos foi fundamental para reafirmar as resoluções do 9º Concut (Congresso Nacional da CUT), como a luta pela consolidação da democracia e a efetivação de um projeto de desenvolvimento com soberania e sustentabilidade.

Lúcio Parrela destaca que o encontro possibilitou um espaço de reflexão e troca de experiências sobre a política de formação entre a Central e sindicatos filiados, abrindo novas possibilidades para ampliar as práticas de formação. “O Sindieleiro já tem uma rica experiência de diálogo com os trabalhadores. A Conferência abriu novas possibilidades de parcerias com outros sindicatos, com as escolas da CUT e universidades, para que possamos ampliar o debate e entendimento sobre as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho”, afirma.

Também houve debate sobre a continuidade das lutas pela democratização dos meios de comunicação, diante do monopólio e do papel desempenhado pela mídia no país. “O acesso à informação de qualidade é um desafio para os trabalhadores e para a sociedade em geral, e a CUT se insere neste processo como importante ator po-

lítico. A Central pode pressionar para ampliar este acesso, cobrando maior democratização da mídia brasileira”, avalia Marcelo Borges.

## Novos espaços de formação

Além do foco na formação dos dirigentes e militantes, a CUT pretende utilizar as alternativas apresentadas para cobrar políticas públicas voltadas para os interesses dos trabalhadores. Lúcio ressalta que, no campo da formação, há muitas experiências enriquecedoras e viáveis para o movimento sindical. Ele avalia que o modelo de educação adotado no país é de um ensino fragmentado, distante da realidade e do conhecimento crítico.

A CUT trabalhará para contrapor este modelo com uma proposta de educação integral, desenvolvida nas escolas de formação sindical, que visa qualificar para o mundo do trabalho, e, sobretudo, criar condições de formação ampla, crítica e de cidadania. “As experiências desenvolvidas são importantes para provar que é possível uma educação alternativa e subsidia a defesa de políticas públicas para a educação que melhor atenda aos interesses dos trabalhadores” avalia o diretor.

Com exemplo de educação transformadora, Lúcio ressalta o projeto desenvolvido pela Escola Sindical 7 de Outubro, que integra conhecimento dos trabalhadores com o saber da universidade, através de um outro olhar para organização do processo de produção de empresas mineradoras e posterior avaliação da ação sindical desta categoria. “O projeto mostra a riqueza da fusão entre a experiência acadêmica e o conhecimento do dia-a-dia dos trabalhadores. Ou seja, pesquisadores e dirigentes sindicais unidos, dialogando e fazendo uma releitura do processo de trabalho e das lutas a partir da vivência dos próprios trabalhadores”, destaca.

## Trabalhadores da Sá Carvalho rejeitam proposta por unanimidade

Os eletricitários da Usina Sá Carvalho rejeitaram, em Assembléia realizada no último dia 8, a contraproposta dos representantes do RH da Cemig para a Renovação do ACT. A primeira contraproposta trouxe alguns avanços, mas ainda está distante do Acordo Único. Com a rejeição, a data-base dos trabalhadores, que vence no próximo dia 12, deve ser prorrogada.

Apesar de repor integralmente o INPC do período (2,64%), a contraproposta traz 1,30% de ganho por produtividade, aplicado apenas sobre o salário-base, sem incidir sobre outros benefícios. A PRE proposta foi de 1,8 remunerações, muito abaixo das 2,8 pagas aos trabalhadores da holding. A empresa não atendeu a reivindicação de pagamento da função acessória e o auxílio-educação teve pequena correção, passando de R\$ 400,00 para R\$ 500,00.

Por outro lado, está garan-

tido o enquadramento dos trabalhadores na média salarial praticada da Cemig, retroativo a dezembro último. A implantação do transporte de Timóteo até a Usina também foi anunciado para o início de 2007. Pelo Acordo anterior, estas duas medidas deveriam ter sido adotadas em 2006.

## Solidariedade

Em 2005, enquanto os trabalhadores da holding conquistaram 4 remunerações de PRE, os da Usina receberam 1,8. Os eletricitários da Sá Carvalho foram pressionados para aprovar uma contraproposta ruim e já rejeitada. Diante destas práticas anti-sindicais, mais de 900 eletricitários aderiram ao abaixo-assinado em solidariedade aos companheiros da Usina.

O diretor do Sindieleiro, Wolmar Ferreira de Paula, considera o resgate do respeito no processo de negociação como a maior conquista dos trabalhadores nesta Campanha. Mas a intransigência da direção da

Cemig ainda trava questões que não dependem de dinheiro, e sim de vontade política, como a eleição para a CIPA.

Na avaliação do diretor de Formação do sindicato, Lúcio Parrela, não há motivo para aceitar um Acordo inferior ao da holding, já que a Usina é um empreendimento altamente lucrativo e com poucos funcionários. O diretor destaca a importância da solidariedade para contruir o ACT Único, num cenário de desverticalização da Cemig e de criação de subsidiárias.

“A direção da empresa quer acordos separados para precarizar as relações de trabalho. A luta contra a fragmentação do Acordo e a retirada de direitos deve ser de todos, sabendo que o ataque aos trabalhadores de uma subsidiária ameaça todo o grupo. Exemplo disso foi a retirada do anuênio para os novatos da Cemig no último Acordo da holding”, avalia.

Foto: Benedito Maia/Arquivo



Representantes dos trabalhadores defendem na mesa de negociação igualdade de direitos

# Sindicalismo brasileiro completa um século de existência oficial

*História das lutas sociais, porém, é mais antiga*

No dia 3 de janeiro de 2007, completaram-se cem anos da edição do decreto nº 1.637 pelo presidente Afonso Pena, dispondo sobre a criação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas, sem a necessidade de autorização do governo. “O decreto de 1907 foi fruto de lutas de mais de 400 anos. Quantos índios e quantos escravos morreram defendendo sua gente, sua terra, seu direito à liberdade?”, destacou Lúcio Guterres, presidente da CUT Minas e diretor do Sindieleto.

Segundo Maurílio Chaves, diretor, esse decreto trouxe um avanço, mas revelou um primeiro momento de atrelamento do sindicalismo ao Estado. “Neste momento, o governo autoriza a existência dos sindicatos, porém avisa que poderá vir a tolhê-los, já reconhecendo a força das lutas do começo do século 20”.

Um ano antes da edição do decreto, em 1906, foi realizado o I Congresso Operário no Brasil, e fundada a primeira cen-

tral de trabalhadores, a COB (Confederação Operária Brasileira). A grande causa dos trabalhadores nessa época era pela melhoria dos salários e pela redução das jornadas de trabalho extenuantes e desumanas. Em 1917, dez anos depois do decreto, foi realizada em São Paulo a primeira greve geral operária no Brasil, quando morreu o sapateiro grevista, Antônio Martinez.

Essas primeiras organizações operárias foram formadas, sobretudo, por imigrantes europeus, que vieram trabalhar nas lavouras de café e depois migraram para as cidades, onde foram trabalhar nas fábricas. “No seu surgimento, a organização dos trabalhadores tinha por objetivo se contrapor ao sistema capitalista, pois trazia consigo os ideais da revolução socialista”, observa Maurílio Chaves, diretor do Sindieleto.

## A repressão do Estado

Em 1931, com a edição de



Foto: Arquivo

*Com organização sindical, muita coisa mudou para os eletricitários desde o início do século 20*

outro decreto (19.770), o governo provisório de Getúlio Vargas deu início ao processo que, em etapas, eliminava a liberdade de organização sindical, até sujeitá-la, na CLT de 1943, ao estrito controle do Ministério do Trabalho.

A partir de 1964, o governo

militar tentou sufocar as lutas por liberdade e por direitos. Lideranças desapareceram em meio à resistência. O movimento sindical sofreu então um revés até a década de 80, quando começou a ganhar fôlego novamente durante as lutas pelas Diretas Já, que exigiam a volta da democracia ao país.

## A fundação da CUT

Em agosto de 1983, realizou-se o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora em São Bernardo do Campo, em São Paulo, quando foi fundada a Central Única dos Trabalhadores. “A CUT rompe com a CLT com vistas à autonomia e liberdade sindical, mudando a cara do movimento sindical no Brasil”, afirma Maurílio Chaves.

De lá pra cá, muitos foram os desafios para os trabalhadores, desde o Fora Collor até as intensas lutas contra a privatização do patrimônio público durante o governo FHC. “Os sindicatos fizeram uma oposição inteligente às privatizações e à

marginalização dos movimentos sociais, contribuindo para o desgaste do projeto neoliberal”, avalia Lúcio Guterres.

Em 2002, a eleição de um ex-operário e sindicalista para a Presidência da República demonstrou a força que os trabalhadores têm para influenciar os rumos da sociedade brasileira. “Depois de 502 anos de história, tiramos as elites do palácio do poder para dá-lo a um Silva”, destaca Lúcio.

## Construção coletiva

Lúcio Guterres considera que o movimento sindical cresceu na solidariedade aos movimentos sociais, e hoje é aliado da luta pela terra, pela moradia, pela democracia, pela igualdade racial, pelos direitos das minorias. “O sindicato é uma trincheira das lutas sociais. O que conquistamos, levamos para a sociedade. Participo com orgulho dessa história, pois aprendi com minha mãe que nós devemos deixar um mundo melhor do que encontramos”.

## Direitos são conquistas dos trabalhadores

Os trabalhadores brasileiros do início do século 20, não tinham uma série de direitos, hoje garantidos por lei. Entre estes estão: o direito a assistência médica, previdência, férias, adicionais de insalubridade e de periculosidade, trabalho noturno melhor remunerado, intervalo para almoço, licença-amamentação, licença-maternidade, carteira assinada, aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-alimentação, aviso prévio, berçário e creche para filhos, estabilidade para mulher grávida, CIPAS, hora-

extra, entre muitos outros.

“Esses direitos não caíram do céu. Existem hoje porque muitos homens e mulheres resistiram e batalharam até aqui. Cabe a cada trabalhador do nosso tempo ser protagonista desta história, lutando para que essas conquistas não se percam, mas se consolidem e ampliem cada vez mais”, alerta o presidente da CUT.

## O sindicato dos eletricitários

Há 55 anos, os trabalhadores da Cemig têm um sindicato que os representa nas lutas por me-

lhores salários e condições de trabalho. Essa intensa mobilização trouxe a valorização da categoria e muitos avanços, entre eles o Acordo Coletivo, a Previdência Complementar, o plano de saúde, e a participação nos resultados. “Os trabalhadores de hoje são herdeiros das lutas de muitos que tomaram, que foram perseguidos, processados, marginalizados. É fundamental que todos conheçam essa história para respaldar e apoiar mais o seu sindicato, rumo a novas conquistas”, afirmou Lúcio Guterres.